ESPELHO DE RESPOSTA DAS PROVAS DISSERTATIVAS APLICADAS EM 18/10/2026

PROVA DISSERTATIVA - COORDENADOR PEDAGÓGICO / SUPERVISOR DE ENSINO

Instruções

A **prova dissertativa** não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. **A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público**.

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da **prova dissertativa**. A folha para rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação.

A prova dissertativa consistirá na resolução de **2 (duas) questões teórico-práticas**, a ser respondida de forma fundamentada, mediante texto dissertativo.

O candidato deverá redigir **no mínimo 10 e, no máximo, 15 linhas**. Não será considerado texto escrito fora do local apropriado, que não atingir a quantidade mínima de linhas e/ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida.

Questão 1:
Considere a seguinte situação hipotética:

Em uma escola pública, a direção solicita à equipe pedagógica que "atualize o Projeto Político-Pedagógico" para atender à exigência administrativa de encaminhamento do documento à Secretaria de Educação. Para agilizar o processo, a direção apresenta aos professores um modelo previamente elaborado e determina que sejam feitas apenas adequações de datas, projetos e metas. Não são realizadas discussões com os docentes, estudantes, famílias ou demais profissionais da escola, sob o argumento de que "o PPP já está pronto e precisa apenas ser formalizado".

Considerando as concepções de Projeto Político-Pedagógico apresentadas na obra Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível, organizada por Ilma Passos Alencastro Veiga, analise criticamente a situação apresentada e disserte sobre como deveria ser conduzido esse processo para que o PPP cumpra sua função na organização do trabalho da escola.

ESPELHO

Espera-se que o candidato identifique que a situação apresentada reduz o PPP a um documento burocrático e formal, contrariando a concepção de Veiga. Deve reconhecer o PPP como uma construção coletiva, intencional e articuladora da organização do trabalho da escola, não como um documento elaborado previamente pela direção para posterior homologação. A resposta deve destacar a necessidade de participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar na discussão das finalidades, necessidades, prioridades e ações da instituição. Deve relacionar essa construção à autonomia da escola e à gestão democrática, ressaltando que a participação não se limita à consulta ou ao preenchimento de um modelo pronto. Espera-se ainda que o candidato proponha que a equipe pedagógica promova espaços de estudo, diagnóstico, discussão e planejamento coletivo, articulando a realidade concreta da escola às suas finalidades educativas. O PPP deve orientar a prática e ser acompanhado, avaliado e reconstruído quando necessário. O coordenador pedagógico ou supervisor deve atuar como articulador e mobilizador do processo coletivo, e não como mero responsável pela redação ou atualização formal do documento.

Pontos para Correção:

- crítica ao caráter **burocrático/formal** atribuído ao PPP;
- compreensão do PPP como **construção coletiva**;
- relação entre PPP, **autonomia** e **gestão democrática**;

- participação efetiva da comunidade escolar;
- articulação entre **realidade/diagnóstico, finalidades e organização do trabalho escolar**;
- acompanhamento, avaliação e reconstrução do PPP;

Questão 2:

Historicamente, o fracasso escolar e os problemas de aprendizagem na escola pública têm sido justificados por suposições genéricas e preconceituosas sobre o meio familiar dos alunos (o "mito da omissão parental"), gerando visões que convertem diferenças culturais em supostos déficits e distanciam o "aluno real" do "aluno esperado". Para superar a exclusão pelo aprendizado insuficiente e atingir a equidade educacional, a obra *Interação escola-família: subsídios para práticas escolares* (UNESCO/MEC, 2009) propõe uma mudança de perspectiva baseada no conhecimento do contexto do aluno e na articulação de ações dentro de uma perspectiva intersetorial.

Com base nas reflexões apresentadas pela obra:

1. **Explique de que forma o conhecimento do "aluno real" e do seu contexto familiar deve orientar as práticas da escola e a relação entre suas expectativas e as condições concretas de aprendizagem dos estudantes, superando o "escolacentrismo".**
2. **Apresente a importância da articulação entre o sistema de ensino e a Rede de Proteção Social/Integral (visão intersetorial) para garantir o direito de aprender dos estudantes sem sobrecarregar a escola com funções assistencialistas.**

ESPELHO

O conhecimento da realidade socioeconômica, cultural e familiar dos estudantes deve constituir referência para a organização do trabalho pedagógico, permitindo à escola compreender as condições concretas em que ocorre a escolarização e evitar a imposição de um padrão idealizado de estudante e de família. A superação do escolacentrismo implica reconhecer que as dificuldades de aprendizagem não podem ser explicadas exclusivamente pelas características ou pela suposta omissão das famílias, devendo a escola considerar também suas próprias práticas e formas de organização. Por sua vez, a articulação intersetorial com a Rede de Proteção Social/Integral possibilita o encaminhamento e o acompanhamento de situações que interferem na escolarização e que ultrapassam a atuação exclusivamente pedagógica. Essa atuação articulada evita que a escola assuma funções próprias de outras políticas públicas, ao mesmo tempo em que preserva sua responsabilidade pelo ensino e pela aprendizagem e contribui para a garantia do direito de aprender.

Pontos para Correção:

1. Conhecimento do "aluno real" e crítica ao "aluno esperado" (Item 1): O candidato deve demonstrar que a compreensão da realidade socioeconômica, cultural e familiar dos estudantes é necessária para orientar a atuação escolar, evitando a adoção de um modelo idealizado de aluno e de família e a culpabilização destes pelas dificuldades de aprendizagem.
2. Superação do "escolacentrismo" (Item 1): O candidato deve reconhecer que as dificuldades de escolarização não devem ser interpretadas exclusivamente a partir das características dos estudantes e de suas famílias, sendo necessário considerar também as práticas e formas de organização da própria escola.
3. Articulação intersetorial e Rede de Proteção Social/Integral (Item 2): O candidato deve compreender que determinadas situações que interferem na escolarização ultrapassam a atuação exclusivamente pedagógica e demandam articulação do sistema de ensino com outros serviços e políticas públicas, conforme suas respectivas atribuições.
4. Preservação da função pedagógica e superação do assistencialismo (Item 2): O candidato deve destacar que a atuação intersetorial permite o encaminhamento e o acompanhamento de demandas que não são de competência exclusiva da escola, sem transferir para ela funções próprias de outras políticas, preservando sua responsabilidade pelo ensino e pela aprendizagem.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCESSO SELETIVO INTERNO - EDITAL Nº 03/2026

PROVA DISSERTATIVA - PROVA DISSERTATIVA –
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO - ARTE
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO - CIÊNCIAS
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO – EDUCAÇÃO FÍSICA
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO - EDUCAÇÃO INFANTIL
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO – ENSINO FUNDAMENTAL
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO – EDUCAÇÃO ESPECIAL
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO - GEOGRAFIA
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO - HISTÓRIA
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO – LÍNGUA INGLESA
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO – LÍNGUA PORTUGUESA
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO - MATEMÁTICA
VICE-DIRETOR

Instruções

A **prova dissertativa** não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. **A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público**.

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da **prova dissertativa**. A folha para rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação.

A prova dissertativa consistirá na resolução de **2 (duas) questões teórico-práticas**, a ser respondida de forma fundamentada, mediante texto dissertativo.

O candidato deverá redigir **no mínimo 10 e, no máximo, 15 linhas**. Não será considerado texto escrito fora do local apropriado, que não atingir a quantidade mínima de linhas e/ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida.

QUESTÃO 1

Em uma escola da rede pública, a equipe pedagógica identificou que, embora os professores utilizem recursos digitais em suas aulas, seu emprego tem ocorrido predominantemente para substituir materiais e práticas tradicionais: apresentações de slides, vídeos expositivos e disponibilização de conteúdos em plataformas digitais. Diante disso, a equipe gestora pretende orientar os docentes a repensar o uso das tecnologias, de modo que elas contribuam efetivamente para a participação dos estudantes e para a construção do conhecimento.

Com base nas reflexões de Fiuza e Lemos (orgs.), em *Tecnologias Interativas: mídia e conhecimento na educação* (2016):

1. Explique por que a simples incorporação de recursos tecnológicos à aula não caracteriza, por si só, uma transformação da prática pedagógica, relacionando o uso das tecnologias à interação e à construção do conhecimento.

2. Apresente uma orientação pedagógica que possa ser adotada pela escola para que os recursos tecnológicos, em uma proposta de metodologia ativa, favoreçam a participação dos estudantes, a interação e a construção do conhecimento, sem transformar a tecnologia em finalidade da atividade.

ESPELHO:

1. O candidato deve reconhecer que a presença de recursos tecnológicos não garante inovação pedagógica. A tecnologia precisa estar articulada aos objetivos educacionais e às formas de interação e construção do conhecimento. Seu uso meramente instrumental, como reprodução digital de uma aula expositiva, mantém uma lógica tradicional, ainda que sejam utilizados recursos tecnológicos.

2. Espera-se que o candidato proponha uma situação em que o estudante tenha participação efetiva no processo de aprendizagem, utilizando a tecnologia como meio para investigar, produzir, resolver problemas, colaborar, comunicar-se ou construir conhecimentos. O professor deve atuar na organização e mediação da situação de aprendizagem, orientando os estudantes e atribuindo sentido pedagógico ao recurso tecnológico. A atividade pode assumir diferentes formatos conforme a área de atuação — por exemplo, investigação, produção colaborativa, resolução de problemas, criação de conteúdos ou análise de informações —, desde que a tecnologia esteja subordinada aos objetivos de aprendizagem e favoreça a interação e a participação.

Pontos para Correção:

- **tecnologia não equivale automaticamente a inovação pedagógica;**
- **superação do uso meramente instrumental/expositivo dos recursos digitais;**
- **interação e participação ativa dos estudantes;**
- **construção do conhecimento, e não mera recepção de informações;**

QUESTÃO 2

Leia o trecho a seguir, extraído de Silva (2016):

"É apenas uma contingência social e histórica que faz com que o currículo seja dividido em matérias ou disciplinas [...] É também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não. Com a noção de que o currículo é uma construção social aprendemos que a pergunta importante não é 'quais conhecimentos são válidos?', mas sim 'quais conhecimentos são considerados válidos?'."

Em uma escola, durante a revisão curricular, a equipe pedagógica constatou que determinados conhecimentos e referências culturais estão sistematicamente presentes nas propostas de ensino, enquanto outros aparecem de forma secundária ou sequer são contemplados. Parte da equipe considera que essa seleção decorre apenas da relevância "natural" dos conteúdos, enquanto outra parte defende que as escolhas curriculares precisam ser problematizadas.

Com base no trecho e nas discussões de Silva (2016):

1. Explique por que a seleção dos conhecimentos que integram o currículo não pode ser compreendida como uma escolha neutra ou puramente técnica.

2. Apresente como essa compreensão pode orientar, na prática, a revisão curricular realizada pela escola.

ESPELHO:

A seleção dos conhecimentos curriculares não é neutra nem puramente técnica porque resulta de uma construção social e histórica atravessada por relações de poder, em que determinados saberes são legitimados como válidos em detrimento de outros. O currículo expressa valorações culturais e ideológicas que privilegiam visões de mundo específicas, e não conteúdos intrinsecamente "naturais". Na prática, essa compreensão orienta a revisão curricular da escola ao exigir a problematização dos critérios de seleção dos conhecimentos, permitindo analisar quais saberes são privilegiados, quais são secundarizados ou excluídos e por que isso ocorre. Assim, a equipe escolar passa a analisar criticamente quais conhecimentos são ensinados e quais critérios fundamentam sua presença no currículo, podendo rever escolhas e ampliar a consideração de diferentes conhecimentos, experiências e perspectivas.

Pontos para Correção:

5. currículo como **construção social e histórica**;
6. seleção curricular como processo não neutro;
7. relação entre **conhecimento e poder**;
8. reconhecimento de que alguns conhecimentos são legitimados e outros podem ser excluídos ou secundarizados;
9. problematização da pergunta **"quais conhecimentos são considerados válidos?"**;
10. análise crítica das escolhas curriculares;
11. aplicação desses princípios à **revisão do currículo escolar**.

Cajamar, 10 de novembro de 2026.